

# Congresso aprova substitutivo do relator sobre o orçamento

por Marcos Magalhães  
de Brasília

As negociações em torno do pagamento do serviço das dívidas externas dos estados e municípios entram agora na reta final, após a aprovação, ontem de manhã, ressaltados os destaques, do substitutivo ao projeto de orçamento da União para 1989 elaborado pelo senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da comissão mista de orçamento do Congresso Nacional.

Até o início da noite de ontem, o governo insistia na necessidade de arrecadar CZ\$ 402 bilhões com o pagamento dos débitos. Os parlamentares da comissão, oficialmente, mantinham a proposta contida no relatório de Gabriel, que prevê o desembolso de CZ\$ 70 bilhões. Mas o desenvolvimento das discussões apontava para uma solução intermediária. "Deveremos chegar a um consenso em torno de CZ\$ 160 bilhões ou CZ\$ 170 bilhões", previu ontem a este jornal o deputado Cid Carvalho, presidente da Comissão.

Durante o final de semana, os dois lados quase chegaram a um entendimento. Extra-oficialmente, o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), um dos negociadores do grupo governista da comissão, admitiu baixar a exigência inicial dos CZ\$ 550 bilhões — que seriam obtidos pelo pagamento de 25% do serviço tanto de dívidas vencidas como das vincendas em 1989 — para algo em torno de CZ\$ 220 bilhões. O relator da comissão, por sua vez, tinha subido dos CZ\$ 70 bilhões iniciais para CZ\$ 150 bilhões.

Um encontro de Tinoco com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, mudou tudo. O deputado voltou à mesa de negociação insistindo na cifra de CZ\$ 402 bilhões. Em resposta, Almir Gabriel apegou-se à marca do substitutivo, enfim aprovada ontem de manhã, por unanimidade. "A aprovação do substitutivo foi um grande passo à frente", avaliou Cid Carvalho. A partir deste momento, lembra o de-

putado, quem quiser aprovar um destaque, para modificar o texto, terá de mobilizar a maioria dos votos na comissão.

O governo, contudo, também tem as suas armas. "Existem vários empréstimos obtidos junto a órgãos internacionais por estados e municípios que precisam de aval do governo", lembrou Eraldo Tinoco ao deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA), vice-líder do PMDB na Câmara e um dos principais negociadores da comissão, ontem à tarde. "E eu duvido que o governo os aprove se não houver aqui um entendimento", previu. Além da ameaça de não conceder avais e financiamentos externos, o governo também acena com a possibilidade de vetar ou pedir a inconstitucionalidade da parte do projeto que prevê os mecanismos de renegociação das dívidas externas estabelecidos no substitutivo.

Como alternativa ao impasse, o deputado Cesar Maia (PDT-RJ), vice-presidente da comissão,

apresentou a sugestão de pagamento integral dos juros a vencer em 1989 e refinanciamento do volume global, com correção monetária plena e juros de 5%. Isto requereria dos estados e municípios CZ\$ 234 bilhões. Os parlamentares ligados ao governo apreciaram a idéia, mas ela tinha pouca chance de progredir na comissão.

Durante a reunião com os secretários estaduais de Fazenda, Cid Carvalho reclamou que os governadores desapareceram, nos últimos dias, do noticiário, e apenas os integrantes da comissão de orçamentos têm mantido um duelo verbal com o Poder Executivo. "Já que o governo federal radicalizou, vamos pagar para ver", desafiou o secretário de Fazenda de Minas Gerais, Luiz Wellich, admitindo que a decisão sobre a rolagem das dívidas externas poderia ser no voto. Carvalho manteve uma posição moderada, após o encontro. "Nós preferimos o entendimento ao confronto", afirmou.